

Edital

MANOEL BATISTA CALÇADA POMBAL, Presidente da Câmara Municipal de Melgaço, no âmbito das atribuições e competências definidas na Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, conjugadas em matéria de Defesa da Floresta Contra Incêndios com o Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações e nova redação dada pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto:

[1] Faço saber, nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, na nova redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto, que o **PERÍODO CRÍTICO** para o ano de **2018**, nos termos do artigo 2.º-A, vigora de **1 de Julho a 30 de Setembro**, podendo a sua duração ser alterada, em situações excecionais, por despacho do membro do governo responsável pela área das florestas, no qual se deverão adotar medidas especiais de prevenção a incêndios florestais;

[2] Durante o Período Crítico, definido na alínea *bb*) do n.º 1 do artigo 3º do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de Junho, com a redação dada pela Lei n.º 76/2017, de 17 de Agosto, nos espaços rurais:

- **NÃO É PERMITIDA** A REALIZAÇÃO DE QUEIMADAS E DE QUALQUER TIPO DE FOGUEIRAS (artigos 27º e 28º);
- **NÃO É PERMITIDO** O LANÇAMENTO DE QUALQUER TIPO DE FOGUETES E DE BALÕES COM MECHA ACESA (artigo 29º);
- **NÃO SÃO PERMITIDAS** QUAISQUER TIPOS DE AÇÕES DE FUMIGAÇÃO DE APIÁRIOS, EXCETO SE OS DISPOSITIVOS ESTIVEREM EQUIPADOS COM DISPOSITIVOS DE RETENÇÃO DE FAÚLHAS (artigo 29º);
- NOS ESPAÇOS FLORESTAIS **NÃO É PERMITIDO** FUMAR OU FAZER LUME EM QUALQUER CIRCUNSTÂNCIA, COM EXCEÇÃO DE AÇÕES CONSIDERADAS NECESSÁRIAS NO COMBATE A INCÊNDIOS FLORESTAIS.

[3] Informa-se ainda que o incumprimento do disposto no número anterior constitui **infração com contraordenação**, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 38º do Decreto-Lei n.º 124/2006 de 28 de Junho, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 76/2017 de 17 de Agosto, punível com coima, de acordo com o previsto no n.º 1 do artigo 38º do mesmo diploma, que varia entre 140 a 5000 Euros, no caso de pessoa singular, e de 800 a 60000 Euros, no caso de pessoa coletiva, **que excecionalmente para o ano de 2018 os valores das coimas duplicam**, nos termos do disposto na artigo 153.º da Lei n.º 114/2017 de 29 de Dezembro (Lei do Orçamento de Estado de 2018);

[4] Para mais informações contacte a Junta de Freguesia da área de residência ou a Câmara Municipal.

Para constar se publica o presente e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos do estilo, com efeitos e prazos de acordo com a legislação em vigor.

Melgaço, 04 de julho de 2018

O Presidente da Câmara Municipal,



Manoel Batista Calçada Pombal